





**ÁFRICA
EM
TRANSFORMAÇÃO**

**DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO
NA ERA DA DÚVIDA**

CARLOS LOPES

**TRADUÇÃO
MYRIAM ZALUAR**

**LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXX**

Índice

Agradecimentos	9
Nota do autor	II
CAPÍTULO 1	
Introdução: reflectir sobre as dinâmicas contemporâneas de África	13
<i>Guia para o leitor</i>	17
CAPÍTULO 2	
Mudar a política	37
<i>Correntes e tendências</i>	38
<i>Natureza da política</i>	45
<i>Negociar a influência externa</i>	49
CAPÍTULO 3	
Respeitar a diversidade	55
<i>A eterna atracção do pan-africanismo</i>	56
<i>Percepções negativas</i>	60
CAPÍTULO 4	
Compreender o espaço político	67
<i>O que correu mal, exactamente?</i>	69
<i>As consequências estruturais do Consenso de Washington</i>	72
<i>Para onde vamos?</i>	75
<i>Mudanças significativas que estão a influenciar o papel de África</i>	81
<i>O impacto da crise financeira no Consenso de Washington</i>	84
<i>A era pós-Consenso de Washington: uma nova esperança para os economistas?</i>	87

© 2020, Carlos Lopes
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6-A
1500-461 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/29/30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *África em Transformação: Desenvolvimento económico na era da dúvida*

Autor: Carlos Lopes
Tradução: Myriam Zaluar
Revisão e composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (P. Serpa)

1.ª edição: Março de 2020

ISBN 978-989-671-541-0
Depósito Legal n.º 467760/20

CAPÍTULO 5		CAPÍTULO 9	
A transformação estrutural através da industrialização	93	Assumir protagonismo nas relações com a China	177
<i>Em que ponto se encontra África no que diz respeito à transformação estrutural?</i>	96	<i>A história por contar dos africanos na China</i>	180
<i>Como deve o continente lidar com os desafios da transformação?</i>	99	<i>O compromisso chinês com África</i>	185
<i>A industrialização como epicentro de novas estratégias de desenvolvimento</i>	106	<i>A industrialização da China e de África</i>	189
<i>Desenvolvimentos tecnológicos recentes</i>	112	<i>O apoio chinês à integração regional africana</i>	191
		<i>Dinâmicas de parceria para o futuro e dificuldades previstas</i>	194
CAPÍTULO 6		CAPÍTULO 10	
Aumentar a produtividade da agricultura	117	Conclusões	201
<i>Porque permaneceu o sucesso fugidio?</i>	120		
<i>O desempenho africano no sector primário</i>	122	Bibliografia temática	213
<i>Modernizar a agricultura de pequena escala</i>	125	Índice remissivo	229
<i>Insegurança alimentar</i>	129		
<i>A necessidade do agronegócio</i>	131		
<i>Dinâmicas laborais e urbanização</i>	134		
CAPÍTULO 7			
Revisitar o <i>Contrato Social</i>	141		
<i>Compreender o actual modelo governativo de desenvolvimento sustentável</i>	149		
<i>Será o desenvolvimento sustentável um conceito impraticável para a governação global?</i>	152		
<i>Assimetrias nas actuais governações e regimes multilaterais</i>	154		
CAPÍTULO 8			
Adaptar-se às alterações climáticas	161		
<i>Reposicionar o debate</i>	162		
<i>A especial importância da economia azul</i>	167		
<i>Como negociar melhor?</i>	170		

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a uma série de pessoas, entre as quais Hany Besada, Stefan Csordas, Charles Akong, Mayer Ngomesia, Adama Coulibaly, Chichi Bodart, Flavia Ba, Stephen Karingi e Ottavia Pesce, pelo contributo que ofereceram a esta investigação, assim como a Kojo Busia e Inderpal Dhiman, pelo apoio que me deram, fornecendo-me dados essenciais à escrita deste livro. Sandra Baffoe-Bonnie e Mestawet Mistr estiveram sempre presentes. Quero agradecer também a George Kararach, pelo aconselhamento editorial e incentivo, e a Achim Steiner, pelo apoio institucional. Não teria sido possível terminar esta obra sem as generosas condições que me foram proporcionadas pela Oxford Martin School, na Universidade de Oxford. Quando o projecto se encontrava já em fase de produção, a repentina notícia da morte de Kofi Annan, um dos revisores desta monografia, constituiu para mim um rude golpe. Ele era uma constante fonte de inspiração. Por fim, quero manifestar à minha esposa, Maracimoni, o meu reconhecimento pela força e energia que me tem transmitido.

Nota do autor

Esta obra assenta nas minhas reflexões ao longo dos últimos anos sobre questões do desenvolvimento em África, reflexões essas que tenho partilhado em vários blogues, assim como em discursos e palestras para os quais sou convidado em diversos países africanos. Quero agradecer a todos os que me deram a oportunidade de divulgar alguns destes materiais antes da edição do presente livro.

Tenho tentado, em traços largos, atingir três objectivos: (a) reverter uma tendência emergente no debate sobre desenvolvimento africano, que, ao longo das últimas duas décadas, parece subestimar os desafios do continente, fruto de uma narrativa demasiado simplista, por vezes até eufórica; (b) divulgar conhecimento sobre África, utilizando abordagens históricas e contextuais anteriormente indisponíveis para o leitor comum; e (c) fazer sugestões práticas aos decisores políticos sobre como estabelecer prioridades nas mudanças a implementar num continente complexo, mas dinâmico.

Este livro é o culminar de quatro anos de trabalho na chefia do principal laboratório de ideias e braço político das Nações Unidas no continente africano, a Comissão Económica das Nações Unidas para África, com sede em Adis Abeba. Trata-se de uma tentativa de alargar o espaço político e proporcionar um pensamento alternativo a respeito do considerável leque de desafios e oportunidades, com vista à transformação socioeconómica no continente africano. De igual modo, apresento aqui as minhas reflexões acerca da aceleração industrial como um dos aspectos-chave nesta transformação. Para mim, o facto de há já algum tempo se ter «deixado cair»

a industrialização da agenda oficial para o desenvolvimento, transferindo-se a ênfase para o comércio como um fim em si mesmo, em vez de um impulsionador, é bastante infeliz. A história mostra que o caminho para o desenvolvimento passa pela industrialização, não necessariamente com o mero propósito de construir fábricas e produzir bens, mas porque se trata de uma etapa na mudança dos sistemas produtivos e na modernização do ecossistema económico.

Esta obra pretende ir além da narrativa otimista sobre o «despertar africano» e tenta deslocar o debate da retórica para a realidade. Nele estão contidas abordagens políticas inovadoras sobre questões essenciais, assim como ações necessárias para a mudança no contexto complexo das economias africanas, tendo em vista o desenvolvimento a longo prazo.

O trabalho foi concebido em torno de não menos que oito desafios. Tal como um marinheiro que enfrenta ondas gigantes e, com a experiência, vai aprendendo a preparar-se melhor, os africanos têm de enfrentar uma quantidade de desafios com determinação. A aprendizagem faz-se na viagem. Para fabricar qualquer objecto, temos de começar pela matéria-prima. Para transformar África, temos de começar com o que lá está. Se for duro, difícil, temos de duplicar a energia. Mares calmos nunca fizeram marinheiros capazes.

Introdução: reflectir sobre as dinâmicas contemporâneas de África

Na última década e meia, as economias africanas registaram aumentos de crescimento na ordem dos cinco por cento, graças a factores como melhorias na governação económica e na gestão macroeconómica, crescimento do consumo interno e subida na procura e nos preços de uma considerável quantidade de produtos. Espera-se que a tendência de crescimento do PIB se mantenha, apesar da fragilidade que a esse nível tem sido observada nos últimos anos, à medida que o peso relativo das economias africanas, à semelhança do que sucedeu noutras partes do mundo, se desloca para sul (AfDB *et al.* 2016). O que torna este padrão preocupante é a tendência de África para crescer rapidamente mas transformar-se com lentidão, tornando-se vulnerável a ventos adversos. A fim de manter os resultados socioeconómicos positivos deste crescimento recente, os países africanos têm de rever os actuais modelos de desenvolvimento e colher os benefícios que poderão advir de uma verdadeira transformação estrutural.

Os líderes africanos comprometeram-se com uma visão do futuro por 50 anos, na sequência da adopção da Agenda 2063 pela União Africana (UA). Esta começou a ser esboçada em Maio de 2013, durante as celebrações do jubileu da organização em Adis Abeba, e foi em seguida adoptada por uma cimeira de chefes de estado em Janeiro de 2015. Em Junho do mesmo ano, na cimeira subsequente que teve lugar em Sandton, na

África do Sul, foi aprovado o seu Plano de Implementação nos Primeiros Dez Anos (First Ten-Year Implementation Plan [FTYIP]). O continente africano, à semelhança dos restantes membros das Nações Unidas, comprometeu-se com a implementação dos chamados Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável, ou Agenda 2030, um programa concebido para dar resposta aos desafios que se colocam ao planeta nos planos económico, social e ambiental. Trata-se de um conjunto de objectivos bastante ambicioso, o qual prevê que sejam respeitados os princípios políticos ao implementar as mudanças de políticas na prática, que, por sua vez, apontam para a transformação estrutural.

O crescimento económico, por si só, tem-se revelado insuficiente para a transformação de África. Não obstante a riqueza dos seus recursos naturais e humanos, a pobreza e a desigualdade persistem, levando alguns comentadores a colocarem a questão de saber se esta «maldição dos recursos naturais» será uma característica definidora do continente (The Economist 2015). A procura externa tem-se mostrado incapaz de gerar efeitos económicos globais ao nível dos países e das regiões. A indústria de manufactura continua a representar uma escassa parte do PIB. O continente — em particular os países que saíram recentemente de situações de conflito — terá, em consequência, de assumir como prioritária a inclusão social, económica e política, já que estes são os pilares essenciais para a coesão de uma sociedade inclusiva e progressista. Um crescimento económico sustentável e de carácter inclusivo torna-se viável através de políticas apropriadas, desenvolvidas com a finalidade de criar e distribuir riqueza, assim como de dar resposta às desigualdades ao nível do continente. Contudo, uma tal agenda política não será capaz de catapultar África para um novo patamar se permanecer no campo teórico ou se for executada de forma pouco consistente. Para que a transformação aconteça, é necessário

desafiar as características do actual modelo de desenvolvimento.

Para que o crescimento económico rápido se traduza em desenvolvimento sustentado e inclusivo, os países devem ser encorajados a implementar estratégias que criem diversificação económica e emprego, reduzam desigualdades e reforcem o acesso aos serviços públicos essenciais. As políticas adoptadas terão também de dar resposta às desigualdades espaciais (diferenças entre regiões urbanas e rurais, mas também no interior de uma mesma região), assim como à fraca mobilidade intergeracional em áreas como a educação, a saúde e o emprego, onde a desigualdade impera. Todavia, erradicar a pobreza através de um trabalho árduo e bem planeado exige que as pessoas tenham acesso a bons empregos, que lhes garantam o sustento. O que implica que seja necessário melhorar a capacidade e a produtividade das ocupações menos qualificadas (que, no caso africano, correspondem às actividades agrícolas). A Organização Internacional do Trabalho (OIT) calcula que serão necessários cerca de dez biliões de dólares, em transferências de rendimento e protecção social correlata, para erradicar a pobreza extrema a moderada até 2030, daí a necessidade de empreender esforços concertados no sentido de mudar radicalmente as abordagens actualmente em voga.

Num célebre artigo publicado na *Foreign Policy*, Rick Rowden (2013) acusa os africanos de tropeçarem em si mesmos na sua ânsia efervescente de promoverem a narrativa do «despertar africano». O autor argumenta que os dados e indicadores subjacentes traçam um cenário sombrio. Os africanos tendem a tomar as taxas elevadas de crescimento do PIB, o aumento do rendimento *per capita* e a proliferação explosiva dos *smartphones* ou da banca electrónica como provas de que o continente se está a «desenvolver». Rowden responde da seguinte maneira:

Estes indicadores apenas dão uma visão parcial do processo de desenvolvimento, pelo menos segundo o entendimento que se tem feito da palavra nos últimos séculos. Da Inglaterra de finais do século xv ao recente sucesso do fenómeno dos Tigres Asiáticos, o termo «desenvolvimento» tem sido utilizado como sinónimo de «industrialização». Os países ricos há muito compreenderam que, enquanto as economias não transitam das actividades com remunerações cada vez mais baixas (agricultura primária e actividades extractivas como as minas, o desmatamento e a pesca) para as actividades que asseguram retornos crescentes ao longo do tempo (manufatura e serviços), não se pode propriamente dizer que estejam em desenvolvimento. (Rowden 2013)

Até certo ponto, Rowden tem razão. É verdade que os dados africanos não costumam ser os mais credíveis. Contudo, na maior parte dos casos, isto deve-se à utilização de metodologias e amostragens desactualizadas, para não falar da ausência de unidades estatísticas mais próximas da realidade. Trata-se de um processo conduzido por uma constante sub-representação, mais do que por dados potencialmente generalizáveis. O que reforça o argumento segundo o qual temos vindo a observar um tipo inadequado de transformação, e não aquele a que o continente deveria aspirar.

Apesar dos progressos nos indicadores de desenvolvimento humano, como o acesso universal à escolaridade básica ou a redução drástica das taxas de mortalidade materno-infantil, estou convicto de que a presente incapacidade em fazer face a uma série de desafios de transformação mantém o continente armadilhado num estado de equilíbrio precário, e são precisamente esses desafios que constituem o cerne deste livro. É fundamental contextualizar laboriosamente as questões centrais sempre que isso permita desconstruir percepções enganadoras de pessimismo e de negatividade. Este livro elege

oito desafios que podem contribuir para uma melhor leitura da missão transformadora que temos pela frente.

GUIA PARA O LEITOR

As narrativas sobre África tendem a ser enganosas devido à escassez de dados e provas documentais, às percepções históricas negativas e às visões simplistas e superficiais, frequentemente associadas à falta de estudos comparativos com outras regiões do globo. É como se o continente africano fosse uma entidade isolada do ponto de vista geográfico, mas também histórico. Esta excepcionalidade tem funcionado em detrimento da imagem de África.

Foi como contraponto a este cenário que decidi apresentar alguns dos desafios que considero fundamentais. Trata-se de uma escolha pessoal que estabeleci em torno de oito objectivos — mudar as políticas, respeitar a diversidade, compreender o espaço político, fazer a transformação estrutural através da industrialização, aumentar a produtividade agrícola, revisar o contrato social, adaptar as economias às alterações climáticas e assumir protagonismo nas relações com a China —, que este livro procura analisar em profundidade.

Nele, passo em revista os desafios de desenvolvimento prementes que os países africanos enfrentam e dou o meu contributo para maximizar soluções para os problemas existentes, com sugestões que permitam tirar partido daquilo que temos ao dispor. Irei igualmente enumerar algumas das condições indispensáveis para a criação de um espaço, a meu ver desesperadamente necessário, de promoção de políticas industriais que vão além da feliz narrativa sobre o «despertar africano».

A escolha dos desafios é, até certo ponto, arbitrária. Haverá certamente outras tendências importantes a afectar

o continente africano que poderiam ter sido objecto de capítulos adicionais, como as alterações demográficas e as suas implicações em termos de mobilidade humana, o papel das capacidades para o desenvolvimento, os impactos da tecnologia e da inovação, ou as consequências de uma urbanização acelerada. Acredito, contudo, que o carácter interligado dos desafios requer um critério, a bem da clareza.

Considero que, para a mudança ocorrer, o continente tem de resolver questões políticas. Isto inclui o mais importante desafio político em África, que é o do respeito pela diversidade. Tentei diagnosticar no Capítulo 2 as tendências africanas actuais, assim como responder directamente às controvérsias em torno das interpretações da democracia e da influência de agentes externos no desenvolvimento interno da maior parte dos países. Foi esse o ponto de partida da minha dissertação.

A maior parte dos países africanos dispõe de capacidades limitadas para implementar o largo espectro de medidas necessárias a uma transição suave do conflito para um caminho de paz, estabilidade e boa governação, que são os ingredientes principais de um desenvolvimento inclusivo sustentável. Parece prevalecer um mítico dilema em relação ao rumo que o continente deve tomar: constitucionalismo, democracia ou desenvolvimento? Claro que estes três «bilhetes premiados» não se excluem mutuamente e podem sem dúvida ser alcançados de forma complementar. Contudo, impõe-se colocar algumas questões pertinentes, tais como: será que a realização de eleições regulares equivale a democracia?; poderá um debate mais alargado sobre as escolhas dos debates constitucionais em África ajudar a dar resposta a algumas das difíceis relações entre retórica e realidade? Gostaria de concordar com Daron Acemoglu e os seus colegas, segundo os quais desenvolvimento, constitucionalismo e democracia se reforçam mutuamente (ver Acemoglu e Robinson 2012). Mas estar de acordo com estes princípios não facilita necessariamente a tarefa de

interpretar as complexidades associadas ao processo de construção de sociedades democráticas sustentáveis.

O mundo tem podido observar os limites da democracia representativa e da confiança nos partidos enquanto pilares dos processos de concorrência política. O surgimento do activismo nas redes sociais e da contestação dos poderes eleitos através de mobilizações populares massivas abalaram democracias estáveis e abriram o caminho ao populismo. Os africanos não são imunes a estes debates. Em países tão afastados como a Tunísia, o Níger, o Egipto, o Togo, a Gâmbia, Moçambique, Burkina Faso ou a República Democrática do Congo, houve levantamentos populares que obrigaram os poderes constitucionais a retrocederem e a fazerem concessões que seriam difíceis de imaginar uns meros anos antes. A integridade das eleições e dos sistemas eleitorais electrónicos está na ordem do dia, gerando novas controvérsias.

A discussão sobre a natureza da transformação em África tem-se polarizado entre duas interpretações dos sistemas políticos. No passado, tratava-se de uma polarização entre os projectos liberal e socialista; mais tarde, passámos a dividir os países em liberais e democráticos ou ditaduras; hoje em dia, a tendência é para distinguir entre estados em desenvolvimento com um pendor autoritário e democracias abertas, as quais, infelizmente, produzem com frequência elites de novos-ricos ou em busca de riqueza. É frequente perguntar-se aos africanos se preferem alcançar primeiro o desenvolvimento ou a democracia. Este livro não tenta resolver ou sequer explicar pormenorizadamente estes dilemas. O seu propósito é antes considerar a análise das dimensões políticas como parte integrante de qualquer esforço para compreender os desafios da transformação. A política — e o conceito de liderança ou de personalização do poder que lhe está associado — é indubitavelmente um factor preponderante na construção do futuro de África.

Em 2015, fui convidado para apresentar a 13.^a conferência anual em honra de Harold Wolpe. A conferência foi marcada para uma altura em que a teorização de Wolpe, segundo a qual o *apartheid* teve um impacto de maior duração do que se pensava anteriormente, começava a receber mais reconhecimento. Embora o trabalho deste autor se tivesse concentrado na África do Sul, a sua abordagem provocadora foi muito além da região a que se destinava. Wolpe foi um dos mais admirados «conceptualizadores» da sua geração. Ao inventar um novo radicalismo, deixou a sua marca no meio académico sul-africano, introduzindo novas perspectivas sobre a questão racial, e enfurecendo gente suficiente para ter sido considerado por alguns como um pária. Esta abordagem radical da questão racial inspira grande parte da discussão centrada na identidade social, no Capítulo 2.

Numa conferência anterior sobre Wolpe, Thandika Mkwandawire (2007) defendeu que, devido à falência do nacionalismo africano — definido nos seus próprios termos — e à mistificação dominante na historiografia oficial, veio a surgir uma nova e refrescante literatura que desconstruiu e desmistificou as lutas nacionalistas. Infelizmente, certas versões recentes de nacionalismo ainda não conseguiram captar adequadamente as complexidades da história pós-colonial do nacionalismo. Parte do problema radica na confluência das duas questões (nacional e social) ou, simplesmente, na preferência por responder apenas a uma delas, elidindo a que se julga desinteressante. Em muita desta literatura, os movimentos nacionalistas são discutidos em termos daquilo que foram ou do que significaram, mais do que em termos do que não foram e do que não significaram, independentemente das razões para que tal tenha sucedido.

Pode-se argumentar que o próprio colonialismo, assim como os fervores nacionalistas que se seguiram, foi sempre sustentado por correntes económicas subjacentes. Num

certo sentido, o projecto nacionalista não foi capaz de gerar uma economia diversificada e dominada pela não-mercadoria, o que frustrou muitos quadrantes políticos. A premência de uma transformação estrutural é evidenciada pelo facto de a África pós-colonial ainda não ter sido capaz de mexer nas estruturas que condenaram o continente a ser um perpétuo fornecedor de matérias-primas para o ocidente industrializado e actualmente também para a China.

Wolpe redefiniu a forma como se deve diagnosticar a política africana; mas, como salientou Mkwandawire, e bem, com o seu activismo contra o *apartheid*, Wolpe pretendia sobretudo que revisitássemos as questões nacional e social, incluindo a de saber o que significa viver numa democracia. A questão nacional foi sempre intimamente associada à história dos povos oprimidos ou colonizados. Durante grande parte do século xx, a questão nacional começou por consistir simplesmente no reconhecimento da humanidade do outro ou da *présence africaine*, como sugeria o título do principal órgão de divulgação e reflexão sobre as questões da «negritude»; depois, tratou-se da obtenção da independência; mais à frente, a questão passou a incluir aspectos como a manutenção da unidade e integridade territoriais dos novos estados, como foi patente na África do Sul pós-*apartheid*, onde a retórica foi ao ponto de colocar a conquista da liberdade como estando em oposição à da independência.

A identidade nacional, quer se baseie na etnicidade ou não, tem sempre uma componente territorial, sendo que a questão consiste simplesmente em saber «como manter o país unido» (Wallerstein 1961: 95). A crise relacionada com a construção nacional, que afectou muitos países no continente, demonstrou a falácia da premissa central do nacionalismo africano: que as independências nacionais podiam ser concretizadas dentro das fronteiras territoriais definidas pelo colonialismo. Deveria ter-se prestado muito mais atenção à questão social,

tendo em conta os problemas suscitados pela diferenciação do social segundo categorizações de classe, etnia, género e outras clivagens sociais emergentes ou por resolver no seio das nações. A verdade é que África precisa de um novo tipo de políticas, defendidas por autores como Wolpe, através das quais as nossas vidas diárias sejam guiadas por princípios democráticos, e são precisamente os meandros destas novas e necessárias políticas africanas que o Capítulo 2 analisa em pormenor.

O Capítulo 3 tem igualmente origem numa conferência que proferi em honra de outro pensador dos desafios africanos relacionados com o desenvolvimento: o Dr. Jakes Gerwel. Homem de princípios, Gerwel que teve a coragem de agir de acordo com os seus nobres ideais. Ao enfrentar os desafios do seu tempo a uma pequena escala, escreveu um belíssimo capítulo da história da África do Sul. Recordo a sua assertividade ao querer que todos os africanos, independentemente da sua origem étnica ou racial, tivessem acesso à educação. Ele acreditava na importância não só de compreender o mundo, mas também de o mudar. Faz-me lembrar outros intelectuais semelhantes, como Edward Said, Frantz Fanon ou Amílcar Cabral, que atribuíram um papel central à contextualização das lutas de libertação através do conhecimento, da cultura e da educação.

O apelo de Gerwel para uma «clara e profunda compreensão» reflecte o mesmo entendimento da importância de fazer uma África melhor, e não apenas mais livre. A importância da questão da identidade no processo de definição da forma como o continente estabelece as suas prioridades de desenvolvimento está de novo em cima da mesa, e terá de ser resolvida o quanto antes. Gerwel foi um eminente sul-africano e um intelectual polivalente que reflectiu sobre estas questões, e não surpreende que tenha sido convidado para proferir a palestra inaugural em memória de Harold Wolpe em 2002. A sua inovadora tese de doutoramento, de 1979, reflectia sobre as questões identitárias, demonstrando que as ideias veicula-

das nos romances africânderes — no período entre 1875 e 1948 — estavam na origem das atitudes raciais que culminaram no *apartheid*.

Tento responder com candura à questão da diversidade, a pedra angular das experiências democráticas africanas. A forma como os países lidam com a diversidade tem piorado devido à generalização da abordagem de tipo «o vencedor leva tudo». Em muitos países, os vencedores eleitorais usam a legitimidade do voto para esmagar as minorias, tratadas como inimigas, e não apenas como adversárias. Há uma tentativa deliberada de eliminar as identidades alternativas àquela que é proclamada como nacional. Efectivamente, a questão identitária continua a assolar o continente africano.

Porque é que isso acontece? Diversos factores históricos explicam este fenómeno. Autores como Ali Mazrui (1986), Mahmood Mamdani (1996), Brian Raftopoulos (1999) e Alois Mlambo (2001, 2013), na senda de Gerwel, procuraram compreender os processos de formação da identidade e de construção dos estados numa sociedade multiétnica e multirracial — processos que emergem de prolongadas lutas armadas contra uma dominação colonial de povoamento, organizada em função da raça. É importante analisar até que ponto factores históricos, como a natureza do estado, a economia política nacional dominante, e as forças e acontecimentos regionais e internacionais foram dando forma a noções sobre sentido de pertença e cidadania, e afectaram os esforços de desenvolvimento e de construção dos estados.

Outros autores, como Amartya Sen (2007) e Kwame Anthony Appiah (2015), demonstraram de forma brilhante que devemos encarar a questão das identidades como uma demonstração sofisticada do comportamento humano, e não como um jogo de soma nula. Cada indivíduo pode abraçar tantas identidades quantas as que a sua vida absorver e o façam sentir confortável. As instituições que se baseiam em

interpretações mais limitadas da cultura comum tendem a temer estas expressões de liberdade. E ainda mais quando há comunidades inteiras a manterem referências sólidas e a quererem preservá-las para sua autoconservação. Segundo Sen, quando as nossas atitudes deixam de provir da noção de sermos iguais a nós próprios e passam a provir da noção de partilha de uma identidade com outros membros de um determinado grupo (que é muitas vezes expressão da ideia de identidade social), a complexidade aumenta ainda mais. Aliás, muitas das questões políticas e sociais contemporâneas giram em torno de exigências políticas discordantes a alimentarem diferentes grupos, já que a concepção de identidade influencia de formas muito diferentes os nossos pensamentos e acções (Sen 2007: xii).

As atitudes nacionalistas tendem muitas vezes a ignorar formas de expressão colectivas e por vezes manifestam a sua intolerância à multiplicidade de identidades através da repressão policial ou do conflito aberto.

O continente africano está pejado de líderes que se sentem ameaçados pela diversidade e que usam a questão étnica, ou comportamentos persecutórios colectivos, para castigar grupos vulneráveis ou marginalizados. Por exemplo, os ataques xenófobos contra migrantes no interior do continente são uma demonstração recorrente dos limites da ideologia pan-africana no que toca ao respeito pelos outros africanos como pertencendo a uma África unida. Sobretudo, estes acontecimentos permeiam os debates políticos internos, ao ponto de envergonharem os africanos que criticam as atitudes de outros países não africanos em relação a migrantes vindos do continente.

A luta para criar sociedades estáveis e inclusivas em África não pode ignorar a triste escassez de instituições políticas africanas dedicadas às questões da diversidade e da identidade. O Capítulo 3 aponta esse desafio como essencial para a transformação.

Compreender os debates que dão resposta às imbricadas questões identitárias ajuda a contextualizar o caminho de desenvolvimento seguido pela maioria dos africanos, quer por escolha própria, quer por imposição. Muitos diriam que se tratou de uma «escolha imposta». Tal poderia explicar a tendência para justificar tudo o que corre mal com factores externos, nunca assumindo a culpa e, de caminho, renunciando à necessária responsabilização. É esse o cerne da discussão no Capítulo 4.

Nos anos 80 e 90 do século passado, a correcção dos preços e a diminuição do papel do estado eram recomendadas pelo Consenso de Washington como condições essenciais para a transformação e o desenvolvimento de África e do resto do mundo em desenvolvimento (ver as anteriores análises críticas do estado enquanto inibidor do desenvolvimento em Krueger 1974). Os factos expostos anteriormente sobre os períodos de ajustamento das décadas de 1980 e 1990 mostraram a que ponto as economias africanas estavam exangues. A execução e a qualidade dos serviços públicos tinham decaído. Muitos começaram a questionar se o mecanismo do mercado seria capaz, por si só, de fazer o passe de magia, como o preconizavam as instituições de Bretton Woods sediadas em Washington. Começaram a surgir tentativas de trazer o estado de volta e de revigorar o planeamento, assim como de matizar os preceitos de liberalização mais simplistas. De alguma forma, o crescimento recomeçou e com ele quem reclamasse para si os louros desse sucesso.

Surgiu então o debate sobre um regresso às perspectivas keynesianas, gerando-se um espaço político para analisar retrospectivamente a experiência africana com programas de ajustamento estrutural. Analiso esta questão no Capítulo 4. A discussão sobre um pós-Consenso de Washington tinha, até há pouco tempo, vários elementos comuns a um largo espectro de políticas macroeconómicas. Actualmente, há quem

ÁFRICA EM TRANSFORMAÇÃO

de Carlos Lopes
foi impresso pela Eigal, Indústria Gráfica,
em papel Coral Book de 80 g,
em Fevereiro de 2020.

